

CARTA-COMPROMISSO COM OS TRABALHADORES DA FHEMIG

Belo Horizonte, 14 de setembro de 2026

Aos trabalhadores e às trabalhadoras da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais
Ao SINDPROS
À ASTHEMG

A saúde pública de Minas Gerais depende de uma FHEMIG forte, capaz de oferecer atendimento de qualidade à população e condições adequadas de trabalho aos profissionais que mantêm seus serviços funcionando todos os dias.

Recebi e examinei a síntese das unidades e dos principais problemas assistenciais apresentada pelas entidades. O documento aponta situações distintas entre os hospitais, com questões recorrentes relacionadas à capacidade assistencial, força de trabalho, infraestrutura e modelos de gestão. Também apresenta reivindicações específicas sobre concursos públicos, recomposição salarial e a Resolução Conjunta Seplag/FHEMIG nº 10.790/2023.

Como tenho feito com as cartas recebidas durante esta campanha, não transformarei automaticamente cada reivindicação em promessa eleitoral. Esta resposta registra aquilo que assumo, aquilo que precisa de avaliação e os princípios que orientarão nossas decisões. Respeitar os trabalhadores também significa não prometer aquilo que não tenha condições de ser cumprido.

Nosso Plano de Governo organiza a saúde a partir de redes regionais integradas, regulação transparente, redução das filas e fortalecimento da capacidade de atendimento. A FHEMIG é parte fundamental dessa rede.

1. Fortalecer a FHEMIG e recuperar sua capacidade assistencial

Assumo o compromisso de fortalecer a capacidade da FHEMIG de planejar, prestar, regular e fiscalizar seus serviços.

Mudanças no modelo de gestão deverão demonstrar, com evidências, melhoria de atendimento, eficiência, qualidade e transparência. Nenhuma reorganização deverá simplesmente transferir pacientes, profissionais ou problemas de uma unidade para outra.

A avaliação considerará a capacidade efetivamente disponível, e não apenas a existência formal de serviços ou leitos. O resultado precisa aparecer no atendimento.

2. Recuperar a capacidade assistencial relacionada ao Hospital Maria Amélia Lins

Assumo o compromisso de recuperar a capacidade assistencial perdida com a interrupção das atividades do Hospital Maria Amélia Lins, observando as determinações judiciais e dos órgãos de controle e realizando a avaliação técnica necessária para definir a configuração adequada.

O documento recebido registra que a unidade realizava aproximadamente 300 cirurgias ortopédicas por mês e relaciona seu fechamento ao aumento da pressão sobre o Hospital João XXIII.

Meu compromisso não se limita à destinação de um prédio. É assegurar capacidade cirúrgica, atendimento ortopédico e retaguarda adequados à rede.

Fechar leito não faz desaparecer paciente.

3. Planejar a força de trabalho e realizar concursos

Nos primeiros 180 dias, realizaremos diagnóstico da força de trabalho da FHEMIG por unidade e especialidade, considerando, em ordem alfabética, afastamentos, aposentadorias previstas, contratos temporários, demanda assistencial, horas extras, vacâncias e vagas necessárias.

A partir desse diagnóstico, apresentaremos planejamento plurianual de recomposição do quadro e realização de concursos, compatível com as necessidades permanentes e com a capacidade financeira do Estado.

Contratos temporários continuarão podendo cumprir as finalidades legalmente previstas. O compromisso é não transformar uma solução temporária em política permanente para necessidades estruturais.

Necessidade permanente pede quadro permanente.

4. Acompanhar as condições de trabalho e a saúde ocupacional

Instituiremos acompanhamento sistemático das condições de trabalho nas unidades da FHEMIG.

O monitoramento deverá considerar, em ordem alfabética, absenteísmo, acidentes, adoecimento ocupacional, afastamentos, agressões, equipamentos de proteção, horas extras e violência contra profissionais, além do dimensionamento das equipes e das condições de infraestrutura.

Essas informações deverão orientar prevenção, planejamento de pessoal e decisões de gestão.

A saúde de quem cuida também é indicador de qualidade hospitalar.

5. Examinar a jornada de 30 horas com responsabilidade

Reconheço a reivindicação relacionada à jornada de 30 horas e sua conexão com a saúde ocupacional e a segurança assistencial.

O tema será objeto de mesa técnica e negociação com as categorias, considerando as especificidades profissionais, a legislação, o dimensionamento das equipes, as escalas, o impacto financeiro e a continuidade do atendimento.

Não assumo nesta carta a redução linear e automática da jornada para todas as categorias antes dessa análise. Assumo o compromisso de enfrentar a questão com transparência e disposição para construir uma solução sustentável.

6. Revisar a Resolução Conjunta Seplag/FHEMIG nº 10.790/2023

Nos primeiros 90 dias, determinaremos revisão técnica e jurídica dos efeitos da Resolução Conjunta Seplag/FHEMIG nº 10.790/2023, com participação das entidades representativas dos trabalhadores.

A síntese encaminhada pelas entidades sustenta que a aplicação da norma atingiu servidores com jornadas de 16, 24 e 30 horas e produziu efeitos sobre descanso, recuperação física, saúde ocupacional e segurança assistencial. Essas alegações deverão ser examinadas tecnicamente.

Se ficar demonstrada a existência de trabalho não remunerado ou de comprometimento inadequado do descanso necessário à segurança do trabalhador e do paciente, as regras correspondentes deverão ser corrigidas.

Não antecipo o resultado da revisão antes de realizá-la. Assumo prazo, participação dos trabalhadores e decisão fundamentada.

7. Instituir diálogo sobre política remuneratória e carreira

Reconheço que valorização profissional envolve também remuneração e perspectiva de carreira. A própria síntese reivindica uma política permanente de recomposição salarial e recuperação do poder de compra.

Instituiremos negociação regular sobre carreira, condições de trabalho e política remuneratória, articulada ao planejamento plurianual e à capacidade fiscal do Estado.

Não fixo nesta carta percentual de reajuste nem indexação automática que não estejam dimensionados no Plano de Governo e no orçamento. Prometer reajuste sem demonstrar sua sustentabilidade pode produzir, depois, atraso ou descumprimento.

Quero substituir a imprevisibilidade por uma relação institucional em que trabalhadores e governo conheçam as condições fiscais, discutam prioridades e recebam respostas fundamentadas.

8. Revisar critérios e valores da ajuda de custo

A ajuda de custo será examinada a partir de sua finalidade e de sua eventual defasagem.

Serão avaliados, em ordem alfabética, critérios, defasagem, finalidade e valores, com participação dos trabalhadores e avaliação do impacto orçamentário.

A pergunta inicial deve ser objetiva: quanto custa hoje ao trabalhador aquilo que a ajuda de custo foi criada para cobrir?

Qualquer alteração deverá identificar a fonte necessária para que possa ser mantida.

9. Avaliar terceirizações, Organizações Sociais e demais parcerias por resultados

Não adotarei posição ideológica automática a favor ou contra determinado modelo de gestão. O critério será o resultado produzido para a população e a capacidade do Estado de responder pelo serviço.

Contratos existentes e futuros deverão ser avaliados por custo, fiscalização, qualidade assistencial, resultados e transparência.

O documento apresentado pelas entidades atribui problemas assistenciais e trabalhistas à transferência da gestão do Hospital Regional Antônio Dias para Organização Social e manifesta preocupação com mudanças semelhantes em outras unidades. Essas conclusões serão consideradas como contribuição dos trabalhadores e deverão ser verificadas pelos instrumentos de avaliação e fiscalização adequados.

Não utilizaremos terceirização simplesmente como forma de contornar déficit estrutural de pessoal. Quando houver parceria, seus indicadores deverão ser públicos e permitir comparação séria entre o contratado e o que seria necessário para a prestação direta.

O Estado pode contratar parceiros. Não pode terceirizar responsabilidade.

10. Organizar a FHEMIG dentro de uma rede regional de saúde

Fortalecer a FHEMIG não significa concentrar mais pacientes em seus hospitais.

Nosso Plano de Governo prevê organizar redes regionais integradas, fortalecer os consórcios de saúde e enfrentar os vazios assistenciais que empurram pacientes para as UPAs e hospitais. Também propõe regulação transparente e forças-tarefa regionais para especialidades e média complexidade.

Os hospitais da Fundação deverão estar integrados a esse desenho. O Estado precisa conhecer o percurso do paciente e identificar onde a rede deixou de responder antes que ele chegasse à alta complexidade.

O Hospital João XXIII não pode ser a resposta para tudo aquilo que a rede deixou de resolver antes.

11. Planejar investimentos por unidade e necessidade assistencial

Os problemas de infraestrutura apresentados pelas entidades serão considerados no diagnóstico da capacidade assistencial.

A carteira de investimentos da FHEMIG deverá identificar custos, fontes, metas, prazos e responsáveis, evitando anúncios sem condições de execução.

As prioridades deverão considerar segurança assistencial, condição da infraestrutura, demanda regional e impacto sobre a capacidade de atendimento.

Não assumirei neste documento valores globais de investimento sem diagnóstico e projeto. O compromisso é transformar as necessidades identificadas em planejamento que possa ser acompanhado.

12. Instituir mesa permanente de diálogo

Será instituída mesa permanente de diálogo entre a FHEMIG, a Seplag e as representações dos trabalhadores.

A mesa terá atas, calendário, encaminhamentos, pautas e responsáveis, permitindo acompanhar aquilo que foi discutido e aquilo que efetivamente avançou.

A existência da mesa não substituirá as competências legais da administração nem das entidades representativas. Seu objetivo será evitar que a relação entre trabalhadores e governo se limite aos momentos de conflito.

Diálogo institucional não pode começar quando a crise já explodiu.

Compromisso final

Esta carta não representa adesão automática a todas as reivindicações apresentadas pelo SINDPROS e pela ASTHEMG. Representa algo que considero mais responsável: uma resposta clara sobre aquilo que assumo e sobre aquilo que precisa ser construído com análise técnica, diálogo e sustentação financeira.

Assumo compromissos objetivos: diagnóstico da força de trabalho em 180 dias; planejamento plurianual de concursos; recuperação da capacidade assistencial relacionada ao Hospital Maria Amélia Lins; revisão da Resolução Conjunta Seplag/FHEMIG nº 10.790/2023 em 90 dias; avaliação transparente dos modelos de gestão; acompanhamento da saúde ocupacional; planejamento de investimentos e diálogo permanente com os trabalhadores.

Não assumo percentuais remuneratórios, redução linear de jornada ou revogação de norma antes da análise que esta própria carta determina.

Nosso Plano de Governo parte de uma ideia simples: política pública precisa aparecer na vida real. Na saúde, isso significa menos espera, uma rede que funcione e hospitais com capacidade de atender. Para quem trabalha, significa planejamento, respeito e condições para cuidar das pessoas.

Quero uma FHEMIG forte para quem precisa dela e para quem faz com que ela funcione todos os dias.

Cuidar de quem cuida também é cuidar de Minas Gerais.

Atenciosamente,

Gabriel Azevedo

Candidato ao Governo de Minas Gerais

MDB | 15